

Para onde aponta o início da gestão Zago-Vahan

Carta do reitor à comunidade causa desconforto e indagações. E não há notícia de investigação das contas da gestão Rodas

Na última reunião do Conselho de Representantes (CR) da Adusp em 5/5/2013, estava patente o desconforto com o teor da carta do reitor à comunidade de 25/4/2014 (<http://goo.gl/sbiUZZ>). Incomodava a todos a constatação de que, durante a gestão anterior, o então pró-reitor de Pesquisa teria silenciosamente se conformado em permanecer fora do restrito círculo de “pessoas” que teriam informações aprofundadas sobre a “realidade” agora constatada pela Reitoria. Não parecia razoável, antes de assumir qualquer compromisso de abrir todas as contas da gestão anterior, o pedido de “apoio e participação de todos” na superação de uma crise cujo processo se implantou, precisamente, pela falta de mecanismos de decisão e controle minimamente republicanos numa estrutura de poder que, diga-se de passagem, continua em vigor.

Foram motivos de desassossegado o modo e o momento de tratar das reservas orçamentárias, em pleno período de data-base, sem que nenhuma das reuniões prévias de negociação solicitadas pelo Fórum das Seis para o mês de abril tenha ocorrido; e, em especial, quando os dados ora apresentados sequer conferem com os entregues formalmente pelo Cruesp em agosto de 2013! Como avaliar então o silêncio da Reitoria diante das últimas edições do *Informativo Adusp* (379, <http://goo.gl/JxRsXJ>; 380, <http://goo.gl/XQZzv>), que tratam da sonegação pelo Estado nos repasses vinculados ao ICMS para as universidades estaduais, o que no caso da USP, só em 2013, significou a subtração de 6% do orçamento anual?

Crise anunciada. A dimensão da crise já se tornara pública na matéria “Gestão Rodas queima reservas financeiras da USP, sem consultar a comunidade universitária”, veiculada no *Infor-*

mativo Adusp 368, de 26/8/2013 (<http://goo.gl/NRchc0>). Na ocasião, por força da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), o Cruesp havia enviado ao Fórum das Seis as seguintes informações relativas à USP: em 26/3/2013, saldo financeiro de R\$ 3.075.264.703,91 e despesas orçamentárias a pagar de R\$ 1.710.737.095,54, indicando uma Reserva Técnica da ordem de R\$ 1,4 bilhão.

Como explicar que na carta de 25/4 a Figura 2 indique, para o mesmo momento, reserva financeira da ordem de R\$ 2,8 bilhões?!? Porém, mais importante do que saber-se qual das informações está correta, ou se ambas são incorretas, é constatar a inexistência de procedimentos que permitam realizar a devida verificação desses dados. Ou seja, não havia e continua não havendo transparência na execução orçamentária da universidade.

Na mesma matéria de 2013 já se questionava: “Se a folha de pagamento não pode ser reduzida, a próxima gestão vai se empenhar para aumentar a dotação das universidades públicas estaduais ... ou vai arrochar salários e investimentos em infra-estrutura, enquanto torce por uma recuperação econômica a curto prazo e sem precedentes no país?”. Ao não se ocupar dos recursos subtraídos das universidades nos últimos anos (cerca de R\$ 2 bilhões, entre 2008 e 2013), parece que a resposta se delinea de modo nada promissor...

Pendências. Mas vai além a lista de pontos a respeito dos quais a atual gestão ainda não se pronunciou. Na reunião de 21/3 com o reitor, os representantes da Adusp enfatizaram a importância de se definir uma agenda para tratar dos tópicos aprovados pela Assembleia Geral de 19/3 sobre problemas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), or-

Segunda, 12/5, tem negociação com o Cruesp. Venha debater a resposta dos reitores às nossas reivindicações!

**Assembleia da ADUSP
Quarta, 14/5, às 17h
Auditório A5, Geociências**

**Reunião do CR da Adusp:
19/5, às 12h, na sede**

çamento/pessoal e transparência, democratização, data-base, carreira, graduação e pós-graduação e Plano Estadual de Educação (PEE-SP). Até o momento, nenhum retorno a respeito.

Também continuam sem resposta o pedido para que sejam pautados no Conselho Universitário (Co) os recursos de docentes do Instituto de Geociências (IGc) contra decisões da Comissão Central de Avaliação para Progressão de Nível na Carreira Docente (CCAD), aprovados pela Congregação da unidade e negados pela própria CCAD em última instância (!), bem como as informações solicitadas sobre o trâmite dos contratos realizados entre o Cepeusp e quatro clubes, revelados após acidente fatal na Raia Olímpica da USP em 19/2.

Mais incompreensível ainda, dada a dimensão política do ocorrido na EACH, é a insistência da Reitoria em manter no cargo — ou na condição de interlocutor com a unidade e “gestor da crise” — o atual dirigente da Superintendência do Espaço Físico da USP (SEF), diante do gravíssimo teor de suas declarações públicas sobre os docentes e sobre a situação ambiental do campus leste. O superintendente desdenhou da dimensão dos problemas

de contaminação e riscos de explosão lá constatados e ainda acusou os docentes da escola de usar os estudantes como “massa de manobra” contra o reitor e o governador em função de vieses partidários (<http://goo.gl/6weZ3S>). Mas, mesmo após decisão oficial da Congregação da EACH, tomada em 28/4, de solicitar à Reitoria seu afastamento, nenhuma medida foi tomada até o fechamento desta edição, em 9/5! (vide matéria na p. 3).

E pur si muove? A Adusp já registrou a conduta mais respeitosa e cordial da Reitoria nas tratativas ocorridas no início desta gestão. Contudo, permanecem preocupações e incertezas diante da gravidade e extensão das questões ainda não encaminhadas. Também é preocupante a atitude, até aqui aparentemente passiva, da comunidade uspiana frente a este cenário.

Para mudar a USP, está posto o desafio de articular e organizar a iniciativa coletiva de docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos, pois é inequívoco o *modus operandi* nada democrático que recusa-se a sair de cena nestas plagas. O quadro parece claro e a tarefa está posta, resta apenas enfrentá-la...

Polícia Federal tenta deportar belga Jan Talpe, de 81 anos, ex-professor da Poli torturado e banido em 1969

Ao desembarcar no aeroporto de Cumbica no último 5 de abril, o ancião belga Jan Honoré Talpe, de 81 anos, passou por maus momentos: foi detido pela Polícia Federal e por pouco não foi deportado. Seu nome constava da lista de banidos do país, pois fora expulso pela Ditadura Militar em 1969, acusado de atentar contra a “segurança nacional”, por seu envolvimento com as lutas operárias de Osasco.

Felizmente havia um juiz na 2ª Vara Federal, em Cumbica. Paulo Marcos Rodrigues de Almeida, juiz de plantão, acionado por advogados, decidiu que o decreto expulsório de Talpe “efetivamente não mais subsiste, em razão da absoluta inconsistência jurídica, à luz da Constituição da República de 1988 e da própria Lei da Anistia (Lei 6.683, de 1979)”. O juiz observou que o Decreto-Lei nº 417/69 (fundamento legal da expulsão) foi expedido “com base nas atribuições outorgadas ao Presidente da República pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, o famigerado AI-5, de triste lembrança na memória política nacional”.

Nesse contexto histórico-político, continua, “percebe-se claramente que as ‘razões de Estado’ então invocadas pelo governo ditatorial para expulsão de estrangeiros — sob o conveniente disfarce jurídico da ‘proteção à segu-

rança nacional’, à ‘ordem política ou social’, à ‘tranqüilidade e moralidade públicas’ e, mais genericamente, à ‘conveniência’ e aos ‘interesses nacionais’ — visavam, no mais das vezes, a encobrir a pura e simples perseguição política a adversários (reais ou imaginários) do regime militar”.

Assim, concluiu o juiz, fossem quais fossem as razões que, nos idos de 1969, levaram o governo militar a reputar Talpe “nocivo” ou “inconveniente” ao interesse nacional, “tais razões — puramente discricionárias e subjetivas — perderam toda e qualquer legitimidade após o advento da Constituição Federal de 1988”.

Desobediência. “O juiz de plantão emitiu ordem ao delegado da PF impedindo o embarque à Bélgica antes da decisão liminar. Descumprindo a ordem, o delegado enviou Jan à área de embarque, fazendo com que o juiz tivesse que emitir a mesma ordem por mais de uma vez”, informou Júlia Eid no site do PSTU (<http://goo.gl/OnL6BQ>).

Como relatou o repórter Guilherme Balza no UOL, uma vez libertado pela PF após permanecer mais de dez horas detido, Talpe finalmente pode prosseguir viagem para participar do 7º Congresso Nacional dos Pequenos Agricultores de Cana-de-Açúcar (Conapa) e

do 10º Simpósio dos Pequenos Agricultores de Arroz, a convite do Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese), eventos nos quais falaria sobre a Ditadura Militar. Segundo o advogado Bruno Alves, contatado por organizadores dos eventos para defender Talpe, este “foi tratado como se fosse um criminoso comum, um traficante de drogas ou coisa do tipo” (<http://goo.gl/Y8QSA>).

Jan Talpe foi professor assistente da Escola Politécnica (EP), onde lecionava Física. Era também “padre operário” e envolveu-se com os metalúrgicos de Osasco e com a histórica greve realizada naquela cidade em 1968. Por isso, acabou sendo preso pelo DOPS, em 1969, torturado, mantido incomunicável por seis meses e finalmente expulso do país. Em maio daquele ano, Oswaldo Torres, diretor da EP, enviou correspondência ao DOPS na qual pedia informações sobre a prisão de Talpe, com a finalidade declarada de aplicar sanções ao professor belga, como o afastamento do cargo e consequente redução dos vencimentos (*Revista Adusp* 53, p. 50: <http://goo.gl/CuFlbF>).

O livro *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*, de Bernardo Kucinski e Italo Tronca, publicado na França em 1971 (e republicado em 2014 pela Editora Fundação Perseu Abramo), reproduz trechos de

uma carta escrita por Talpe em 1969, horas antes da expulsão. “Em março de 1965 cheguei ao Brasil como sacerdote e como físico. Pouco depois, recebi um lugar na paróquia universitária e a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo me confiou as funções de professor assistente”, relatou na carta. “No ano passado, fui viver com outro sacerdote, em um bairro operário, onde conhecemos diretamente a vida e a luta de nosso povo. Compartilhamos em tudo a vida dos operários, ainda que eu continuasse na paróquia universitária e como professor universitário”, explicou. Foi exatamente o que despertou a atenção dos órgãos de repressão.

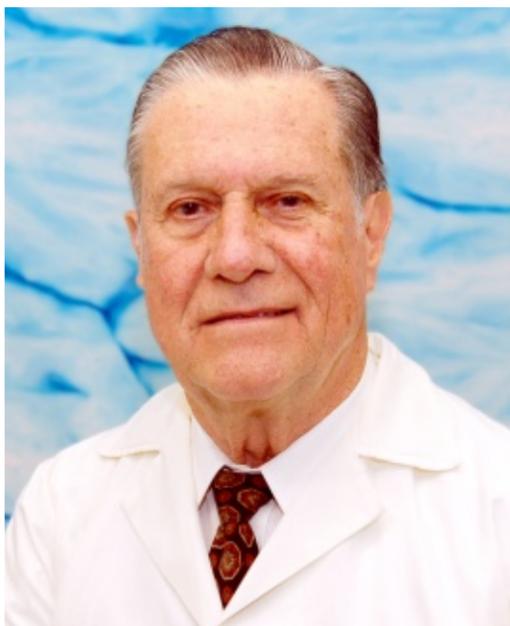
“Em 19 de fevereiro de 1969 fui sequestrado brutalmente por militares e levado à prisão. Aí já se encontrava o padre que morava comigo, preso uns dias antes e cruelmente torturado. Agora era minha vez de enfrentar a fúria dos carrascos. (...) Um amigo meu, professor da Universidade de São Paulo, foi pendurado de cabeça para baixo e assim, durante horas, batido com porrete e submetido a choques elétricos nas partes mais sensíveis do corpo. Uma moça, que ele não conhecia, teve de presenciar a cena e sofreu depois o mesmo tratamento vergonhoso na presença do meu amigo”.

Paulo Amarante de Araújo (1930-2014)

Um dos pioneiros da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB), o professor titular aposentado e ex-diretor Paulo Amarante de Araújo faleceu em 11 de abril, aos 83 anos. Ele foi um dos componentes da comissão que lutou pela instalação da FOB, tendo sido também um dos primeiros professores da unidade. Contratado em maio de 1962, aposentou-se em junho de 2000. Era filiado à Adusp.

Araújo graduou-se em Odontologia na Faculdade de Uberaba (MG), em 1953. Doutorou-se pela USP em 1968. Obteve pós-doutorados no Royal Dental College (Dinamarca), em 1983 e 1989, e na Universidade de Lisboa, em 1994. Chefiou o antigo Departamento de Materiais Dentários e dirigiu a FOB na gestão 1974-1978.

O professor nasceu em Belo Horizonte, em 29 de junho de 1930. Deixou a esposa, Lúcia dos Reis Pereira Araújo, e os filhos Carlos dos Reis Pereira de Araújo (professor da FOB), Helena Maria e Marcelo, todos cirurgiões-dentistas formados pela FOB, bem como netos e um bisneto.



Erratas

Audiência na

Alesp. No *Informativo Adusp* 380, a legenda da imagem da página 4 informa que a audiência pública de 24/4 ocorreu na EACH. O local correto é a Alesp, como indicado no texto.

USP de Ribeirão

Preto. Na mesma edição, página 6, na matéria intitulada “Fundação privada continua a selecionar e contratar docentes da FMRP!”, faltou o link para o edital de contratação mencionado: <http://goo.gl/Bm18zE>.

Congregação da EACH requer ao reitor a “imediate” saída de Osvaldo Nakao (SEF)

Em termos corteses, porém duros, a Congregação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) requereu ao reitor Marco Antonio Zago, em carta protocolada na Reitoria em 5/5, a “urgente” substituição do professor Osvaldo Nakao, superintendente do Espaço Físico (SEF), na condição de “principal interlocutor com a comunidade que representamos” e de “responsável pela condução da execução das medidas necessárias” ao enfrentamento dos problemas ambientais da unidade. A Congregação pediu ao reitor, ainda, a “imediate designação de novo interlocutor para a condução desse processo junto às instâncias ambientais da EACH”.

A carta foi aprovada em reunião da Congregação realizada em 28/4. O estopim para o pedido de saída do titular da SEF foram as declarações feitas por ele em conversa com estudantes da EACH, em 9/4 (vide *Informativo Adusp* 380, <http://goo.gl/i9Y8ik>), as quais a Congregação considerou graves, por desqualificar “a existência dos problemas que enfrentamos, atribuindo-os a uma espécie de conspiração eleitoreiro-partidária”, além de ofensivas “a toda [a] comunidade da EACH, ao Ministério Público Estadual, à juíza que, pautada nas investigações que instruíram a Ação Civil Pública, solicitou a interdição do *campus* e também às próprias manifestações difundidas pela Reitoria”.

Já no início da carta, antes mesmo de citar o incidente que envolveu Nakao, a Congregação manifesta “profunda preocupação com as sucessivas desqualificações dos graves problemas da EACH, particularmente os advindos do fato de ter sido esta Unidade instalada em local com problemas ambientais preexistentes, agravados por ações de adição de materiais contaminados em 2010/2011”, e lembra ao reitor que ele próprio reconheceu a dimensão de tais problemas, ao referir-se aos “transtornos pelo quais a comunidade está passando” e informar que “junto com minha equipe, tenho me dedicado para minimizá-los no curto prazo, ao mesmo tempo em que busco resolver definitivamente o problema do passivo ambiental que encontrei ao assumir a Reitoria”.

No entender do colegiado, Nakao perdeu as credenciais de con-



Fotos: Daniel Garcia

ductor e negociador do processo de saneamento e reparação ambiental da EACH: “A responsabilidade pela continuidade de condução desse processo fica, assim, comprometida, se em seu comando permanecer quem manifestadamente desqualifica os problemas que lhe foram designados para resolver e os interlocutores com os quais terá que interagir para a continuidade dessas resoluções”.

Interdição. A Congregação recorda, no documento, que a grave situação ambiental ensejou “a interdição do *campus* capital leste”, obrigando a unidade a “acomodar nossos cursos de graduação e pós-graduação, assim como as demais atividades que desenvolvemos, em pelo menos 14 diferentes lugares, distantes em até 40 km, distribuídos entre as dependências alugadas de uma universidade privada localizada na Zona Leste de São Paulo, as cedidas por outra instituição pública e várias unidades do *campus* capital da USP, incluindo o Quadrilátero da Saúde/Direito e o Centro Universitário Maria Antonia”.

Após alertar para os prejuízos à qualidade e integridade dos cursos, da pesquisa e da extensão, bem como aqueles sofridos por numerosos estudantes (“problemas ocasionados pelas dificuldades extremas de deslocamento ou pelas despesas adicionais que passaram a ter, com alimentação, por exemplo”), a Congregação ressalta o esforço coletivo de professores, funcionários e alunos da EACH “para conduzir os cursos, as disciplinas que ministram, as pesquisas que conduzem (como podem, em seus próprios domicílios, ou em laboratórios emprestados) e a formação de estudantes de graduação e pós-graduação, a despeito da precariedade e dos problemas que nos foram impostos, como reconhece V. Magnificência, pela pró-

pria universidade: ‘Estou certo de que a Universidade não deu a devida atenção às várias advertências encaminhadas pela Cetesb e deixou de tomar as providências que poderiam ter evitado essa situação que hoje enfrentamos’”.

Neste contexto, prossegue a carta, a Congregação entende que as manifestações de Nakao “são particularmente graves porque foram externadas pelo responsável designado por V. Magnificência como superintendente da SEF, para comandar a execução das medidas necessárias à eliminação ou minimização (atualmente em avançados encaminhamentos, como reconhecemos) dos riscos à saúde e à vida humana ainda existentes em nosso *campus*”. Assim, prossegue, para que o saneamento do *campus* e as medidas que estão sendo tomadas para remediação dos problemas “não sofram qualquer interrupção, impõe-se a substituição daquele que tem sido designado até aqui como o principal interlocutor com a comunidade que representamos, que é também o responsável pela condução da execução das medidas necessárias ao enfrentamento desses problemas”.

Retratção. A Congregação também exige “uma retratção formal e insofismável” quanto às declarações, tanto de Nakao como “das demais autoridades acadêmicas às quais ele se subordina”.

A carta também repudia “inúmeras outras manifestações, veiculadas em diversas instâncias, que desqualificam e/ou desconsideram as particularidades de organização acadêmico-pedagógica não tradicional (sem departamentos) e pautada na interdisciplinaridade, que caracteriza esta unidade da USP, assim como as referências desairosas que não reconhecem a qualidade da pesquisa, da extensão e do ensino que praticamos no mesmo nível de excelência das demais uni-

dades, e insistem em rebaixar essa nossa demonstrada capacidade, com comentários de que a EACH não teria sido criada para promover a pesquisa, deveria restringir-se ao ensino tecnológico e às atividades de extensão universitária na região Leste de São Paulo e, ainda, de que membros de sua comunidade gostariam de ‘voltar para a USP’, como se a EACH não fosse USP”.

A propósito de tais considerações, a Congregação manifestou ao reitor a convicção de que “nem as atividades de Extensão são menos importantes que as de Pesquisa ou de Ensino, nem o ensino tecnológico é menos importante que o ensino científico e nem a EACH foi criada como uma unidade que não deva fazer pesquisa”, motivo pelo qual a USP deve “lutar para que esta unidade da USP não seja considerada menos importante que suas irmãs mais antigas e tradicionais e/ou resistentes às inovações que em nossa unidade sabidamente desenvolvemos”.

Até o fechamento desta edição, não tivemos notícia de designação de novo responsável pela condução das questões ambientais da EACH.

CPI sem Zago? Oficialmente convidado por duas vezes, o reitor deixou de comparecer às sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pela Câmara Municipal para investigar as áreas contaminadas da capital, e que tem a EACH como um dos principais focos de atenção. O vereador Rubens Calvo (PMDB), que preside a comissão, declarou ao *Informativo Adusp*, ao final da frustrada reunião extraordinária de 6/5 (especialmente marcada para colher o depoimento do reitor), que Zago poderá ser convocado e não mais convidado: “Isso aqui não é um grupo de estudos, é uma CPI”.

Fundações voltam a usar abusivamente a “marca” USP ao divulgar cursos pagos

Fundações privadas, ditas “de apoio” à USP, que atuam na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e na Escola Politécnica (EP) voltaram a utilizar largamente a “marca” USP na divulgação dos cursos pagos que oferecem, depois de passarem alguns anos sem recorrer ostensivamente a esse recurso.

Na edição de 22/4 do jornal *Folha de S. Paulo* (B1), a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) divulga, em anúncio colorido de meia página, seus seis cursos MBA (*master of business administration*) previstos para 2014, dos quais quatro são “USP” — por exemplo: “MBA USP Economia e Setor Financeiro”. No rodapé são informados os locais das aulas: “Avenida Paulista e Cidade Universitária”.

Se quiser cursar um desses MBA de 400 horas da Fipe, o aluno (ou a empresa que o custear) deverá desembolsar R\$ 19.200 (<http://goo.gl/ub1hTV>). Valor eufemisticamente denominado pela fundação privada como “investimento”, já que o discurso é de que o aluno ou empresa está investindo no seu futuro profissional ou econômico.

A Fundação Vanzolini, que atua no Departamento de Engenharia de Produção da EP, utiliza o logotipo Poli USP ao divulgar seus cursos (<http://goo.gl/yUTVbs>) e também em banner no qual, após fazer referência no título a uma pesquisa sobre recrutamento de pessoal (“Pesquisa comprova: 70% das empresas preferem USP”), afirma: “Pesquisa realizada pelo DataFolha mostra que mais de 70% dos profissionais de RH buscam o nome USP no currículo dos candidatos. Há 45 anos a Fundação Vanzolini forma executivos oferecendo cursos de pós-graduação (*lato sensu*) em convênio com a USP. O crescimento que você busca está aqui”, e passa a elencar os cursos que oferece.

Fundace no ar... A Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace),



Outdoor da Fundace em Ribeirão Preto

entidade privada que atua na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP), continua por sua vez a usar abusivamente o logo e o nome da USP, como sempre fez desde que foi criada, sem que a Reitoria tome medidas para coibir a prática. A Fundace oferece nada menos do que nove “MBA USP” e dois “MBA EAD USP”.

A Fundace apresenta-se como responsável por “organizar os recursos de conhecimento da FEA-RP-USP para atender às demandas da sociedade”, após definir como “diversificada” e de “alto padrão de vida” a economia da região de Ribeirão Preto: “As usinas representam uma das principais atividades econômicas desta região, que também é um dos principais centros universitários e de pesquisa do Estado e do País. Inserida neste contexto, a Fundace desempenha a função de organizar os recursos de conhecimento da FEA-RP-USP para atender às demandas da sociedade e de organizações públicas e privadas interessadas em práticas modernas e mais eficazes de gestão” (<http://goo.gl/6XHAjP>).

A entidade, que rotineiramente contrata, para divulgar seus cursos, enormes painéis publicitários distribuídos nas principais avenidas de Ribeirão Preto, nos quais o logo USP tem proporções exageradas, alega também exercer “a importante tarefa de ser um mecanismo de fomento à produção e disseminação de conhecimento nas áreas de Administração, Contabilidade e Economia, proporcionando que docentes e alunos avancem em conhecimento e experiências”. (Cabe perguntar: restará à FEA-RP alguma “função” ou “tarefa”, se a Fundace parece encarregar-se de todas?)

A Fundace chega mesmo a patrocinar um programa semanal da Rádio USP de Ribeirão Preto (FM 107,9), denominado “FEA Comunidade”. O portal da Fundace dedica a esse programa uma página específica, na qual a Fundace Business School (*sic*) aparece como responsável por “apoio cultural” ao “FEA Comunidade” (<http://goo.gl/toalDY>).

Cobrança ilegal. Cursos pagos em universidades públicas são ilegais, conforme disposição da Constituição Federal (artigo 207, ratificado por Súmula Vincu-

lante do Supremo Tribunal Federal em 2008). Utilizar o logotipo da USP em publicidade de atividades privadas é obviamente uma apropriação indébita.

Na primeira metade dos anos 2000, em razão da pressão das entidades representativas e dos movimentos sociais, e de denúncias oferecidas pelo Ministério Público, a maioria das fundações privadas ditas “de apoio” teve de recuar em determinadas práticas mais escancaradas, ainda que no essencial mantivessem suas atividades remuneradas, supostamente (ou formalmente) “não lucrativas”.

Como a disputa no mercado de cursos pagos acirrou-se, com a entrada de grande número de instituições privadas concorrentes, algumas dessas fundações voltaram a intensificar a propaganda de seus vínculos com a USP, com o objetivo de se apropriarem do prestígio desta, dando ênfase aos convênios (que permitem atribuir “certificados USP”) e à participação de docentes da universidade que coordenam os MBAs e outros cursos que elas oferecem. A Adusp tem cobrado da Reitoria a extinção de tais convênios, por ilegais.

Assembleia da Adusp

14 de maio • 17h • Auditório A5 do Instituto de Geociências

Pauta: Campanha Salarial • Financiamento da USP • EACH • Democratização e agenda política

Expectativa marca substituição de coronéis por antropóloga Ana Pastore na segurança da USP

Marco Santos / USP Imagens

A Associação dos Servidores do Sistema de Segurança da USP (ASE-USP) está otimista com a nomeação da docente com formação em antropologia, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, como nova superintendente de Prevenção e Proteção. “A Guarda Universitária está ressurgindo, mostraremos a todos que acreditaram em nós gratidão e orgulho, estamos com muita disposição em compor com a nova gestão os trabalhos relacionados à segurança preventiva das pessoas de um modo geral, bem como a segurança do patrimônio USP”, afirmou a ASE-USP ao *Informativo Adusp*.

No início do ano, um grupo de guardas universitários se mobilizou para que três coronéis reformados da Polícia Militar deixassem os cargos de direção da Superintendência de Prevenção e Proteção, onde estavam desde sua nomeação pelo então reitor J.G. Rodas, em 2012. A GU conseguiu apoio das entidades representativas — Adusp, Sintusp e DCE — e até mesmo do vice-reitor Vahan Agopyan.

A mobilização e o apoio recebido pelos guardas, principalmente por partir também da Reitoria, desagradaram os coronéis. Em 15/4, a exoneração do coronel Luis de Castro Jr. da Superintendência e a nomeação, para o mesmo cargo, da



Professora Ana Lúcia Pastore

professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer foram publicadas no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. Castro Jr. tornou-se assessor do reitor (*Informativo Adusp* 380, <http://goo.gl/3iFWxG>). Ele e os outros dois coronéis estariam de férias.

A expectativa é de que haja mudanças tanto na estrutura organizativa da GU quanto no plano de segurança colocado em prática nos campi da USP. Inicialmente, a nova superintendente está se dedicando a escutar os funcionários e agentes de segurança. “Eu espero que seja a marca dessa nova gestão uma comunicação muito dialógica e aberta, entre vários setores da Superintendência”, declara a antropóloga ao *Informativo Adusp*. “A ideia é exatamente que a Superin-

tendência, em vez de funcionar de forma tão centralizada como vinha funcionando, venha a médio prazo a ter um colegiado que represente os vários setores e que tenha poder de deliberação”.

Autoritarismo. A gestão dos coronéis foi marcada pelo forte autoritarismo, o que acirrou o ânimo dos agentes, que estavam sendo submetidos a uma organização em moldes hierárquicos semelhantes aos da própria PM. A ASE-USP manifesta “grande expectativa” em relação à nova superintendente: “Uma pequena parte dos funcionários já teve a oportunidade de conhecê-la e manifestaram a relevância de reestruturar primeiramente nossa casa”.

Outra das reivindicações da GU — a criação de um grupo de trabalho sobre segurança, aberto à participação de toda a comunidade e com a colaboração de professores da área de direitos humanos — também já está sendo colocada em prática pela nova gestão da Superintendência. Segundo a professora, “o grupo tem por missão trazer informações para que a discussão sobre segurança, a prevenção e a proteção, seja rica”, tendo de envolver, por exemplo, “questões ligadas à homofobia, ao racismo, que acabam levando ao problema de convivência”.

“Em segurança, a polícia tem que ser uma parceira, mas não a protagonista”, responde Ana Lúcia quando questionada sobre a relação da USP com a PM e sobre o convênio firmado com a Secretaria de Segurança Pública (SSP). “Foi nomeada uma docente para que a abordagem da violência alcance toda a gama de questões envolvidas, todos os saberes da Universidade”, diz, enfatizando as preocupações relacionadas ao convívio dos membros da comunidade universitária. Afirma que o diálogo com a PM será mantido: “Esse convênio entra também no rol das coisas a serem discutidas. Na prática ele não está funcionando”.

SEF ignora Núcleo de Consciência Negra

Às vésperas de completar 27 anos de existência, o Núcleo de Consciência Negra (NCN) continua enfrentando o descaso da Reitoria. Já ameaçado inúmeras vezes de perder sua sede, agora o NCN, depois de conseguir a promessa de permanecer onde está, vive uma situação de abandono.

Dois ofícios já foram encaminhados à Superintendência do Espaço Físico (SEF) em 2014, pedindo providências em relação a iluminação e reparos no prédio, mas nenhum deles foi sequer respondido. “Ele [o superintendente, professor Osvaldo Nakao]

tem ignorado o NCN, estamos no escuro, embora tenhamos enviado dois ofícios desde o começo do ano”, comenta Maria José Menezes, uma das coordenadoras do núcleo.

A SEF admitiu ao *Informativo Adusp* que existem ofícios sobre o NCN esperando para serem despachados, mas não precisou o conteúdo nem estimou prazo para serem respondidos.

Resistência! Para comemorar esse 27º ano de resistência, o NCN está organizando um ciclo de debates entre os dias 12 e 17/5, na sua sede. A mesa

inaugural tem como tema “Núcleo de Consciência Negra: Um projeto político de Resistência”, às 18h30 do dia 12/5. Seguem-se as mesas “Percepções sobre o 13 de Maio e outros olhares possíveis”, em 13/5 também às 18h30, e “O poder do macho em debate!”, em 17/5 das 11h às 14h.

Dentre os eventos comemorativos, está também o “I Curso de Gênero do Kilombagem – A construção dialética das relações sociais de gênero”, com a presença de Renata Gonçalves, Giselle Cristina e Deivison Nkosi. O curso será ministrado nos dias 14, 15 e 16 às 18h30.

Conforme estamos tornando tradição, convidamos todos a se engajarem na luta nacional em defesa de autonomia e de financiamento adequado às universidades estaduais e municipais.



É preciso mudar o teto salarial do Executivo

Em audiência na Alesp em 27/5 às 14h, proporemos emenda à Constituição de SP quanto ao teto — e denunciaremos sonegação no repasse às universidades

A reforma da Previdência iniciada pelo governo FHC e completada no governo Lula, uma agressão aos direitos dos trabalhadores do serviço público, estabeleceu, entre outras “providências”, tetos salariais para cada braço do governo: Judiciário, Legislativo e Executivo. No caso do Executivo Estadual, havia duas opções: fixar o teto em 90,25% da remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal, STF (hoje, R\$ 29.462,25), como é o caso do salário de desembargador do Tribunal de Justiça (TJ): R\$ 26.589,68; ou fixá-lo em 100% do subsídio do governador: atualmente, R\$ 20.662. O governo de São Paulo ficou com a segunda opção. Há problemas graves com ela.

Idealmente, um teto salarial no serviço público deve estar ligado a uma carreira e aos direitos e benefícios que advêm da progressão nesta carreira. Há, evidentemente, que prover salvaguardas contra abusos, uma ampla gama dos quais já se encontram inscritas na legislação vigente, em particular na Constituição Federal (CF). Dada a natureza autoritária e não raro repleta de arbítrio com que agem as forças políticas que controlam o país e a sua administração, torna-se necessário recorrer ao Judiciário para obter correções devidas da remuneração dos servidores. Dois exemplos ilustram este fato: nossa luta em função de gatilhos não pagos pelo governo estadual e, mais recentemente, a busca de ressarcimento pela conversão errônea dos nossos salários de URVs em reais. Com todos os problemas que sabemos existir no

Judiciário, estas correções tornam-se parte integrante do salário dos servidores públicos envolvidos.

Problemas graves. Parece claro que subsídio de governador (e de prefeito ou presidente) não é salário, pois possuem as verbas de representação e subsídios de exercício da função que fazem com que suas contas não sejam arcadas pelo seu “salário”.

Ao estabelecer um limite que não está ligado ao desenvolvimento de uma carreira no serviço público, mas a uma quantia que pode ser arbitrada politicamente pela respectiva Assembleia Legislativa, concretiza-se uma enorme disparidade de remuneração para trabalhos de mesma natureza. Servidores públicos federais, estaduais e municipais que realizam trabalho análogo, e possuem capacitação equivalente, serão retribuídos de modo drasticamente diferente. Só para se ter uma ideia, levantamento da revista *Exame* no final de março/2013 (<http://goo.gl/ihWktE>) indicava que os subsídios mensais dos governadores no país variavam entre R\$ 9.600 e R\$ 26.700! Nem vamos falar dos prefeitos...

Tão grave quanto a falta de isonomia para exercício de função análoga é o estímulo à privatização das atividades fundamentais do Estado: a remuneração obtida via participação em atividades de fundações privadas não está, evidentemente, submetida ao “teto”.

Falácias. Além disso, abre espaço político para tentar caracteri-

zar toda uma categoria, que tem salários modestos diante do grau de formação necessário e da importância social do trabalho que desenvolve, como ganhando acima do que seria justo. Por exemplo, um professor titular, que em geral para chegar a esse nível precisa de 20 a 30 anos de carreira, mestrado, doutorado e livre-docência, tem um salário base, em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa, de R\$ 13.656,62. O que recebe acima disto corresponde aos adicionais por tempo de serviço, fundamentalmente os quinquênios (5% a mais a cada cinco anos). Se ao acumular, depois de 30 ou 40 anos de carreira, seis ou mais quinquênios e seu salário superar o subsídio do governador, ainda assim estará longe de caracterizar um “super salário” ou um “marajá”.

Muito se fala da comparação entre o salário médio dos trabalhadores brasileiros e os da universidade. Este argumento também é falacioso: todos sabemos as condições de superexploração a que está submetida a maioria destes trabalhadores. Assim, junta-se a fome com a vontade de comer: arrocho geral de salários, precarização das condições de vida e trabalho da maioria, via terceirização e desemprego; em paralelo tacha-se de “marajás” aqueles que possuem alguma condição de defender-se e investiram a vida no serviço público, enquanto se promove a privatização dos serviços prestados à sociedade.

Ou seja, ao contrário do que se tenta propalar, um “teto” que não está associado a uma carreira não tem a finalidade de “moralizar” coisa alguma, mas sim de restringer o salário da faixa de servidores públicos onde o Estado mais inves-

tiu na sua formação, bem como de promover o fracionamento de categorias profissionais nos diversos níveis de governo, ao mesmo tempo em que incentiva a privatização dos serviços públicos. Há método nesta (aparente) loucura...

Como mudar? Dadas as restrições impostas pelas mudanças feitas na Previdência, culminando com as de 2003, a única saída no momento é mudar a Constituição Estadual com fundamento no que foi permitido pela Emenda Constitucional 47/2005, a exemplo do que ocorreu em Pernambuco: estabelecer como “teto”, para todo o Estado, inclusive os municípios, 90,25% do subsídio de um ministro do STF (90,25% de R\$ 29.462,25 = R\$ 26.589,68), um valor que, ao menos, está ligado a uma carreira pública (desembargador do TJ). Está claro que esta mudança vai muito além das universidades estaduais, sendo do interesse de todos os servidores estaduais. Veja a íntegra da emenda que estamos defendendo em <http://bit.ly/RwWfSU>.

A Adusp e o Fórum das Seis estão empenhados, juntamente com outras entidades de servidores estaduais, em pressionar os deputados na Assembleia Legislativa (Alesp) para que seja modificada a Constituição Estadual no sentido acima exposto. Como sempre, não será fácil, dados os interesses políticos e econômico-financeiros em jogo. Foi agendada audiência pública na Alesp para o dia 27/5, às 14 horas, quando faremos a denúncia dos montantes que vêm sendo sonegados das verbas das universidades estaduais e apresentaremos a nossa proposta de mudança constitucional em relação ao teto. Compareça!

Relatório de tesouraria - novembro de 2013 a março de 2014

Mês	Contribuição líquida dos associados	Salários e encargos ¹	Despesas comunicação ²	Despesas eventos e campanhas	Saldo do Fundo de Reserva
novembro/13	219.451,72	136.706,53	41.803,96	22.857,14	1.009.507,80
dezembro/13	219.399,09	201.499,63 ³	61.953,47 ⁴	33.789,40 ⁵	956.657,45
janeiro/14	219.519,98	153.267,06	17.740,07	17.372,09	965.095,85
fevereiro/14	219.143,48	164.017,75	2.116,87	10.456,97	971.518,69
março/14	218.918,41	122.225,41	8.101,83	9.518,79	979.730,78

1 Os funcionários são regidos pela CLT: as variações decorrem, no geral, em função de adiantamentos de férias que são descontados no mês seguinte (vide, por exemplo, fevereiro e março). As assessorias (jurídica + contábil + imprensa) somam mensalmente um valor quase constante, da ordem de R\$ 12 mil e não estão incluídas nessa alínea.

2 Aqui os itens mais importantes são a *Revista Adusp* e o *Informativo* (apenas essa última custa de R\$ 11 mil a 15 mil por mês, quando há apenas 2 edições).

3 Inclui 13º salário dos funcionários; note que não há repasse extra para a Adusp, pois não ocorre o respectivo desconto em folha dos filiados.

4 Inclui despesas com brindes de fim de ano para filiados: calendário, organizador de mesa, agenda.

5 Inclui despesas com Congresso do Andes, que acabam distribuídas entre dezembro e fevereiro.